

O futuro da escola é reflexo de um projeto de país

A educação é o nosso desafio mais complexo e urgente como nação porque também é o nosso mais efetivo instrumento de combate às desigualdades e de exercício da democracia. Mas, é preciso definir para qual projeto de presente e futuro queremos preparar nossos jovens. É hora de definir com eles.

Autores

[Helena Singer](#), socióloga e líder da estratégia de juventude da Ashoka

[Marcelo Borges](#), estudante de jornalismo e Jovem Transformador Ashoka

[Andrea Margit](#), jornalista e líder de comunicação e novos paradigmas da Ashoka

Há décadas sabemos que fragmentar o conhecimento em disciplinas e avaliar o desempenho dos estudantes com base no acúmulo de informações não levam a uma formação que atenda às necessidades das juventudes brasileiras. Não preparam o indivíduo para conhecer a sua própria história, para ter confiança em seu potencial e se reinventar num mundo onde o futuro é cada vez mais imprevisível. Em paralelo, é esperado que a educação ofereça as bases para impulsionar um projeto coletivo de sociedade. Mas, que projeto é esse?

Se o projeto tem por objetivo a redução das desigualdades sociais, a promoção de uma economia que valoriza a expressão das diversidades culturais e biológicas de um país de dimensões continentais como o Brasil, então a educação será organizada de um jeito. Se é um país que projeta seu futuro como agroexportador, com crenças e comportamentos relativamente homogêneos, então adotará outros métodos educacionais. Na ausência de uma visão construída conjuntamente com a sociedade, avaliações de desempenho servem apenas para gerar *rankings*, propostas de reforma derrapam e o debate público se centra em questões superficiais, como a proporção do ensino a distância, se determinados assuntos devem ou não serem tratados na escola, o ensino domiciliar, dentre outras discussões de menor relevância.

Ensino Médio em crise

A crise instalada no Ensino Médio reflete essa falta de projeto. Quase 8 milhões de estudantes estão sofrendo as consequências de um fazer político autoritário, que determinou uma reforma desenhada em gabinete, sem considerar a realidade e os anseios dos principais interessados. Uma coisa é colocar as grandes linhas de uma reforma no papel, a outra é coordenar a implementação da reforma em mais de 29 mil escolas, com 546 mil professores, onde 88% dos estudantes estão matriculados em escolas públicas, segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2022.

É preciso reconhecer que os problemas do Ensino Médio se arrastam por décadas. Mais de um terço dos jovens entre 25 e 34 anos não concluem esta etapa da educação. Segundo dados do Atlas da Juventude, dos mais de 3 milhões de jovens que entram no ensino médio todos os

anos, cerca de 25% abandonam os estudos. A educação de jovens e adultos inclui mais de um milhão de estudantes nessa etapa e a maioria também não se forma. O fato é que o ensino médio nunca se universalizou e sempre registrou níveis de evasão preocupantes, sinalizando a falta das condições para a permanência dos jovens, seja porque eles precisam trabalhar para o sustento da família, seja porque as aprendizagens não se traduzem em valor para suas vidas.

O principal objetivo anunciado pela reforma era dar mais liberdade aos jovens para se aprofundarem em áreas do conhecimento de seu interesse, de forma interdisciplinar e contextualizada. Na prática, a proposta não se concretizou para todos, sobretudo nas escolas mais carentes de recursos, professores e infraestrutura. Isso tem levado estudantes e profissionais da educação a manifestar publicamente pela revogação da reforma. Eles apontam que o **Novo Ensino Médio (NEM)** leva ao agravamento das desigualdades entre estudantes de diferentes redes, bairros e cidades, além de ampliar o abismo na disputa por vagas no ensino superior e no mercado de trabalho.

Tais manifestações não se contrapõem à ideia de que os jovens devam escolher os conhecimentos em que querem se aprofundar. Estudantes em todos os níveis do ensino deveriam ter essa prerrogativa, principalmente no ensino médio, quando já têm mais clareza de seus interesses e também de suas origens e o que elas significam num contexto social mais amplo. Aliás, essa prerrogativa foi prevista na [Lei de Diretrizes e Bases da Educação \(LDB\)](#), promulgada em 1996. Desde então, a escola tem liberdade para organizar o currículo de acordo com as necessidades de seus alunos e de seu território, podendo articular a aprendizagem de forma interdisciplinar – não apenas com aulas – mas com projetos, roteiros de estudos, pesquisas que vão muito além das salas de aula e dos muros da escola. Podem ser elaborados percursos que integram as famílias e a comunidade no processo de aprendizagem: das associações de bairro ao posto de saúde, das praças, rios e parques que margeiam a escola ao fluxo das pessoas e mercadorias que transitam pelo município.

Experiências inovadoras

São muitos os exemplos de escolas que valorizam a experiência de uma educação que estimula a autonomia dos estudantes e a aprendizagem transformadora. A [Escola Estadual de Educação Profissional Alan Pinho Tabosa](#), que atende mais de 500 jovens, predominantemente oriundos da zona rural da região de Pentecoste (CE), é uma delas. A escola desenvolve uma metodologia que possibilita que os estudantes trabalhem em pequenos grupos e colaborem mutuamente para resolver problemas da vida em comunidade e alcançar metas coletivas. O Programa é denominado Educação em Células Cooperativas (Prece).

Numa aliança entre escola e universidade, a Universidade Federal do Ceará (UFC) viabiliza as atividades de extensão, estimulando a cultura da cooperação e solidariedade, na qual compartilhar o que se aprende e retribuir o que se recebe são atitudes orgânicas. Por exemplo, a pessoa que tem a oportunidade de participar de um evento, uma viagem, uma pesquisa ou um empreendimento assume o compromisso ético de voltar e oferecer os resultados dessa aprendizagem ao outro. A vivência desses princípios tem transformado o perfil da juventude da

região. “Antes do Prece, na década de 1980, os jovens migravam para as periferias de Fortaleza à procura de um trabalho, e acabavam no subemprego. Hoje eles estão ampliando a visão, enxergando novas oportunidades e retornando às suas cidades para melhorá-las”, conta Elton Luz, diretor da escola.

O **Campus Jacarezinho do Instituto Federal do Paraná** (IFPR) também operou uma mudança curricular disruptiva quando professores e gestores do instituto perceberam que os problemas de aprendizagem não eram inerentes aos estudantes. Eram problemas estruturais do ensino médio. Então, redesenharam a metodologia de ensino, dando mais autonomia e protagonismo aos estudantes e professores. O Campus Jacarezinho chega a oferecer 160 unidades curriculares ao longo de cursos que duram 4 anos em média. As áreas das ciências da natureza e matemática, ciências humanas e linguagens têm a mesma carga horária.

As aulas de 50 minutos foram abandonadas porque se concluiu que é preciso pelo menos uma hora e meia para uma aprendizagem ativa, por meio de experimentos, trabalhos em grupo, debates, teatro, construção de histórias em quadrinho, entre outras modalidades. Os estudantes podem participar dos encontros nos diversos períodos disponíveis (manhã, tarde ou noite). Não há divisão por série. É o estudante quem escolhe sua trajetória curricular. Como a maior parte das unidades curriculares não exige pré-requisitos, as turmas misturam diferentes idades e há um tutor para cada 15 alunos, que os orienta quanto à escolha das unidades curriculares e como navegar em um ambiente educacional que dá liberdade, ao mesmo tempo em que exige novas responsabilidades.

Várias escolas já superaram a lógica limitada das disciplinas e aulas. A ideia de que o currículo se organiza por disciplinas e elas são entregues aos alunos em formato de aulas expositivas torna a presença na escola enfadonha e sem propósito, porque quase tudo o que um professor pode expor em aula hoje em dia já está na internet e, muitas vezes, de uma forma mais atrativa. Isso não quer dizer que a escola não precisa mais do professor. Muito pelo contrário! Cada escola precisa de um corpo interdisciplinar de professores, em tempo integral, para que se possa construir coletivamente esse currículo integrado, como acontece no Campus Jacarezinho do IFPR.

Contudo, essa estrutura requer planejamento. Na maioria das escolas, a professora de Biologia dá aulas uma ou duas vezes na semana e nem conhece a professora de História, que só tem atividades em outro dia da semana. Por isso, não se pode reformar o ensino médio por decreto, nem de maneira apressada. Uma escola comprometida com o desenvolvimento integral dos jovens e organizada a partir dos desafios e oportunidades de seu território precisa ter as condições para manter esse corpo multidisciplinar e estimular a combinação de conhecimentos, envolvendo os estudantes em processos de investigação do mundo.

Exemplos de novas possibilidades são ainda mais abundantes no ensino fundamental e infantil, como na **Escola Pluricultural Odé Kayodê** localizada a 150 quilômetros da capital Goiânia, na cidade histórica de Goiás (GO). Nesse lugar que é símbolo dos conflitos territoriais entre indígenas, portugueses, e africanos, o círculo é uma experiência emblemática e cotidiana, tanto

nas aulas que acontecem em espaços alternativos, fora da sala tradicional, quanto na roda do bom dia, onde estudantes, todos juntos, se encontram e falam sobre como foi o dia anterior e o que aprenderam de novo. A escola literalmente transformou um depósito de lixo, que ocupava o local até 1990, em um espaço de difusão de culturas, valorizando, especialmente, os povos originários e marginalizados do país.

A concepção de educação que prevalece na Odé Kayodê é a de que a aprendizagem se dá pelo encantamento com a vida, a cultura, o território, com a valorização da ancestralidade. “Busca-se educar não para que os indivíduos se adaptem à realidade, mas para que nela atuem politicamente, provocando grandes transformações sociais”, diz Fernando Cássio Serafim, professor da escola. Parte-se do pressuposto que o conhecimento não é algo dado, que pode ser transmitido às pessoas com a finalidade de se fazer uma prova e avaliar burocraticamente a sua aquisição. Conhecimento é uma busca, através da qual estamos em constante construção do mundo e de nós mesmos. A Alan Pinho Tabosa, a Odé Kayodê e outras dezenas de escolas no Brasil atuam como laboratórios de inovação e compõem um programa global, chamado [Escolas2030](#), onde desenvolvem e propõem novos parâmetros para a avaliação da aprendizagem com base na prática da educação integral e transformadora.

Olhando pra frente, os caminhos possíveis

É preciso reconhecer que a reforma do ensino médio até aqui tem fracassado. As críticas sobre a falta de participação de quem está na ponta têm fundamento. Os estudantes sabem muito sobre o que eles esperam do ensino médio e os professores sabem fazer o seu trabalho. É preciso parar de desqualificar estudantes, professores, gestores, familiares, como se eles não se importassem ou não soubessem nada sobre educação. Eles não são o problema. São parte da solução, se forem escutados e envolvidos no processo da reforma.

Ao mesmo tempo, devemos levar a sério a consulta pública que o Ministério da Educação está se propondo a fazer, desde que ela opere com o compromisso democrático de reformar a reforma; e usar os achados da consulta como uma bússola para traçar novos caminhos. É o que deveria ter acontecido em 2012, quando se começou a pensar o NEM. Uma reforma verdadeiramente transformadora tem que ouvir as escolas. Quais? Todas!

Não adianta fazer consulta pública em audiências só nas grandes capitais, onde vão sempre as mesmas pessoas, os chamados especialistas, sindicalistas, empresários, representantes de entidades... enquanto os professores e estudantes não podem comparecer porque é dia letivo, “estão em aula”. É assim que se perpetua um modo de fazer política que pressupõe que a população não está preparada para opinar e então dita como as escolas devem se organizar, o que os estudantes e professores devem fazer, com pouco ou nenhum conhecimento de suas realidades.

Todas as escolas devem ter instrumentos e incentivos para participar. Será muito coerente com a proposta do novo Governo, traduzir todo o simbolismo da subida da rampa com o povo

brasileiro em um amplo e democrático debate sobre o futuro desta etapa tão crítica da educação para o país.

Esse cronograma de suspensão da reforma deve garantir que o debate sobre o ensino médio ocupe dias letivos nas escolas, que sejam envolvidos os estudantes, seus responsáveis, os professores, gestores assim como os estudantes do segundo ciclo do Ensino Fundamental, que herdarão esse novo projeto de ensino médio. As perguntas devem ser elaboradas com o objetivo de gerar um processo de aprendizado profundo sobre a diversidade das escolas do país. Os resultados têm que ser públicos e inteligíveis para qualquer pessoa. E, a análise das consultas deve apoiar as secretarias estaduais de educação a implementar o NEM.

Os jovens interessados em [discutir coletivamente suas experiências com o NEM](#) também podem se juntar a uma iniciativa liderada por estudantes, os [Debates Públicos nas Escolas](#), que acaba de lançar um roteiro estruturado para essa discussão.

Em 2018-19, a [Ashoka](#), a [Faculdade de Educação da USP](#) e a [Campanha Nacional pelo Direito à Educação](#) realizaram uma série de encontros em diferentes regiões do Brasil para coordenar a **construção coletiva de propostas para as políticas de ensino médio**. Participaram mais de 500 estudantes, educadores, pesquisadores e gestores que geraram [27 propostas para um Ensino Médio Democrático, Inclusivo, Integral e Transformador](#). Neste microcosmo, ficou claro que uma reforma do ensino médio precisa atacar várias frentes de uma só vez: currículo, carreira do professor, recursos destinados à educação e também os critérios para o ingresso no ensino superior. Nesse sentido, as universidades também devem ser convocadas a assumir as suas responsabilidades.

O **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)**, tal como é, constitui o melhor método de avaliação dos estudantes e seleção para o ensino superior? A forma e o conteúdo ajudam a avaliar um conjunto de habilidades coerentes com o projeto de país? E se as instituições de ensino superior valorizassem outras experiências para além de respostas corretas em testes de conhecimentos sobre determinados conteúdos? E se valorizassem a capacidade do jovem de se organizar coletivamente, trabalhar em grupo e estruturar projetos que resolvam problemas sociais? Isso seria uma virada de chave na educação das juventudes. Essa reflexão precisa ser provocada nas universidades para que o vestibular pare de sufocar o ensino médio!

Como dizia [Anísio Teixeira](#), defensor de uma educação pública, gratuita, laica, e de qualidade para todos, “só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública.” Acreditamos que a escola deva ser esse lugar onde se aprende a participar, tomar decisões, responsabilizar-se por elas, a cuidar do outro, do bem comum e a pensar o país. Este Governo, em particular, deveria ter atenção especial a isso.